



Simulado Final

TRT PI

Analista Judiciário – Área Judiciária
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TRT PI – Analista Judiciário – Área Judiciária – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT PI;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-PI-AJ-AJ-11-09>

- | | | |
|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Fabricio Dutra

Os lençóis listrados dançaram no varal, enquanto as portas dos vizinhos bateram em sequência quase combinada. A ventania que anunciava a chuva chegou repentina e, repentina, partiu. Deixou como lembrança sutil apenas uma folhinha seca que caminhou pelo piso de cimento grosso fazendo barulho com o seu arrastar. Finalizado os arroubos do vento, veio a calmaria magistral, tão palpável que eu era capaz de tocá-la na face.

As roupas foram recolhidas, as janelas fechadas e as portas trancadas como se a água não pudesse encontrar outros caminhos para entrar, caso ela quisesse. Aparelhos eletrônicos desligados, tomadas ao chão e a sinfonia enfurecida da chuva lá fora reduzindo tudo e todos à real insignificância.

Apreensiva sobre as pessoas que estavam lá fora, lembrei-me das histórias que ouvi sobre as mães de antigamente, que com medo da chuva, escondiam os filhos debaixo das mesas de madeira, enquanto as águas do céu caíam bravas sobre os frágeis telhados coloniais. Naqueles tempos sem arranha-céus, os raios escolhiam facilmente, as casas e os trovões pareciam fazer tremer as paredes. Quando a chuva acabava, era possível ver de longe como os rios multiplicavam o volume, mas sem que para isso, disputassem espaço com casas e asfaltos, como ocorre agora.

01. As roupas foram recolhidas.

Passando-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma gramaticalmente correta, com manutenção do sentido, é:

- a) Recolheram as roupas.
- b) Recolhem-se as roupas.
- c) Recolheu-se as roupas.
- d) Recolhem roupas.
- e) Recolheram-se as roupas.

02. Os lençóis listrados dançaram no varal, enquanto as portas dos vizinhos bateram em sequência quase combinada.

No período acima, o termo destacado poderia ser substituído por:

- a) na medida em que
- b) durante o tempo que
- c) conquanto
- d) logo que
- e) dado que

03. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) O Brasil é considerado país livre da poliomielite desde 1994, mas, com a baixa adesão vacinal, médicos alertam para os riscos de volta da doença, especialmente após o registro de novos casos no exterior, em países como os Estados Unidos e Israel.
- b) O Brasil é considerado país livre da poliomielite desde 1994 mas, com a baixa adesão vacinal, médicos alertam para os riscos de volta da doença, especialmente após o registro de novos casos no exterior, em países como os Estados Unidos e Israel.
- c) O Brasil é considerado país livre da poliomielite desde 1994, mas, com a baixa adesão vacinal médicos alertam para os riscos de volta da doença, especialmente após o registro de novos casos no exterior, em países como os Estados Unidos e Israel.
- d) O Brasil é considerado, país livre da poliomielite desde 1994, mas, com a baixa adesão vacinal, médicos alertam para os riscos de volta da doença, especialmente após o registro de novos casos no exterior, em países como os Estados Unidos e Israel.
- e) O Brasil é considerado país livre da poliomielite desde 1994, mas com a baixa adesão vacinal, médicos alertam para os riscos de volta da doença, especialmente após o registro de novos casos no exterior, em países como os Estados Unidos e Israel.

04. Está inteiramente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Todos os métodos de que os alunos têm confiança foram validados.
- b) A vida em que levo não é fácil.
- c) O homem de cujo lhe falei ontem é este.
- d) Houve um desenvolvimento maior do Sudeste, onde tudo que se plantava era exportado.
- e) A tese em cujos dados nos baseamos é esta.

05. Quando a chuva acabava, era possível ver de longe como os rios multiplicavam o volume, mas sem que para isso, disputassem espaço com casas e asfaltos, como ocorre agora.

O termo destacado acima tem valor semântico de:

- a) tempo
- b) causa
- c) conformidade
- d) comparação
- e) adição

06. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:

- a) Os estudos recentes permitem que se desconfiem das causas prováveis do cenário de ameaça que afeta o rico ecossistema da Mata Atlântica.
- b) Para conseguir neutralizar os efeitos negativos da poluição, necessitam-se de procedimentos mais eficazes de controle ambiental.
- c) Devem haver muitas pessoas que trabalham nos lixões.
- d) Nos países em desenvolvimento, assistem-se a inúmeros programas de popularização do acesso aos meios de comunicação digital.
- e) Os países em desenvolvimento teriam possibilidade de maior crescimento se a população fosse atendida em suas necessidades básicas e tivesse oportunidade de estudar.

07. Assinale a alternativa em que o acento grave está bem empregado.

- a) A Pesquisa Brasileira de Mídia, realizada em 2015, considerou à televisão o meio de comunicação mais utilizado pelos brasileiros.
- b) Os meios de comunicação começam à criticar o excessivo uso da internet por usuários das diversas classes sociais.
- c) Os sistemas baseados em pagamentos móveis têm chamado à atenção pela sua propagação em todo o mundo.
- d) opção pelas moedas digitais está vinculada à possibilidade de diminuir as operações financeiras com a utilização do papel-moeda.
- e) A agricultura familiar visa à fixar o homem no campo.

08. Considere os seguintes trechos:

I. tão palpável que eu era capaz de tocá-la na face. (1º parágrafo)

II. Naqueles tempos sem arranha-céus (3º parágrafo)

III. mas sem que para isso, disputassem espaço com casas e asfaltos, como ocorre agora. (3º parágrafo)

Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo sublinhado APENAS em

- a) III.
- b) I.
- c) II.
- d) I e III.
- e) II e III.

09. Após a leitura do texto, é correto concluir que:

- a) O segundo período esclarece o primeiro, listando consequências de um indivíduo infeliz no trabalho.
- b) A infelicidade no trabalho costuma gerar aumento nos pedidos de demissão.
- c) A sobrecarga no trabalho torna o dia a dia insuportável.
- d) Além de razões inerentes à jornada de trabalho, existem razões de cunho pessoal que levam à insatisfação de um funcionário.
- e) Geralmente, em casos de insatisfação laboral, muitos indivíduos recorrem a atestados para que se afastem do ambiente de serviço.

10. Há uma série de fatores que interferem para que o indivíduo seja infeliz no trabalho.

O termo destacado exerce a função de:

- a) sujeito
- b) objeto direto
- c) objeto indireto
- d) predicativo
- e) Complemento nominal

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocelin

11. Considere a afirmação: Se envernizei porta, então não pude lavar a louça. Uma afirmação equivalente a esta é

- a) Se pude lavar a louça, então não envernizei porta.
- b) Se não envernizei porta, então pude lavar a louça.
- c) Ou envernizei porta ou não pude lavar a louça.
- d) Envernizei porta e não pude lavar a louça.
- e) Pude lavar a louça e não envernizei porta.

12. Considere verdadeiras as afirmações:

- Eduardo é engenheiro ou Pedro é pedreiro.
- Saulo é soldador ou Eduardo não é engenheiro.
- Caio é contador ou Pedro não é pedreiro.

Caio não é contador, portanto,

- a) Pedro é pedreiro e Eduardo é engenheiro.
- b) Pedro não é pedreiro e Eduardo não é engenheiro.
- c) Saulo é soldador e Eduardo é engenheiro.
- d) Eduardo é engenheiro e Saulo não é soldador.
- e) Pedro não é pedreiro e Saulo não é soldador.

13. Em um churrasco com 170 pessoas, 122 pessoas bebem refrigerante e 81 pessoas bebem cerveja. Sabendo que todas as pessoas do churrasco bebem alguma dessas duas bebidas, o total de pessoas que bebem ambas as bebidas é:

- a) 30.
- b) 33.
- c) 35.
- d) 38.
- e) 40.

14. Trabalhando em conjunto, dois Juízes – Jacinto e Josefa – gastaram 6 horas e 40 minutos para julgar certa quantidade de processos trabalhistas. Sabendo que, sozinho, Jacinto teria julgado todos os processos em 10 horas de trabalho ininterrupto, o esperado é que, sozinha, Josefa seria capaz de realizar tal tarefa se trabalhasse por um período de

- a) 18 horas.
- b) 18 horas e 40 minutos.
- c) 19 horas e 20 minutos.
- d) 20 horas.
- e) 20 horas e 40 minutos.

15. Uma fábrica de canetas produziu 360 canetas esferográficas e 210 canetas de gel. Com essas canetas serão feitos pacotes, cada um deles com o mesmo número de canetas e na maior quantidade possível. Sabendo que cada pacote só terá canetas de um mesmo tipo, então, após o empacotamento de todas as canetas, o número de pacotes formados será

- a) 7.
- b) 12.
- c) 15.
- d) 19.
- e) 24.

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

16. Sobre a organização do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, é correto afirmar, exceto:

- a) Sobre a composição do Tribunal Regional do Trabalho, é formado por 08 (oito) Desembargadores Federais do Trabalho nomeados pelo Presidente da República
- b) São órgãos da Justiça do Trabalho os Desembargadores do Trabalho da Região e a Corregedoria-Regional
- c) Para os efeitos da lei que dispõe sobre a Magistratura Nacional, constituem cargos de direção do Tribunal, o de Presidente, e, de substituição, o de Vice-Presidente
- d) Os servidores que funcionarem nas sessões do Tribunal usarão capas
- e) O Tribunal Pleno funcionará com a presença de, pelo menos, metade mais um de seus membros

17. De acordo com o Regimento Interno do TRT 22ª Região, pode-se afirmar

- I. As Turmas compõem-se de quatro Desembargadores do Trabalho
- II. A antiguidade dos Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região conta-se a partir da posse.
- III. O Presidente, o Vice-Presidente tomarão posse perante o Tribunal Pleno, sempre ao mês de janeiro dos anos pares.
- IV. O mandato dos cargos de direção é de 02 (dois) anos, a contar de 1º de janeiro dos anos ímpares.

Está (ão) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) I e IV
- d) II e IV
- e) III e IV

18. Compete ao Tribunal Pleno, além da matéria expressamente prevista em lei ou em outro dispositivo do seu Regimento, processar e julgar, originariamente, exceto:

- a) processar, conciliar e julgar os dissídios coletivos no âmbito de sua jurisdição
- b) editar, revisar e cancelar a súmula da jurisprudência do Tribunal
- c) apreciar pedido de autorização para o Juiz do Trabalho residir fora da sede da jurisdição
- d) os agravos regimentais interpostos contra ato do Presidente
- e) decidir, pela maioria absoluta de seus membros, proposição prévia e fundamentada de atribuição de nomes de pessoas em logradouros da Justiça o Trabalho da 22ª Região, observada a legislação pertinente

19. Nos termos do Regimento Interno do TRT 22ª Região,

- a) Compete ao Presidente do Tribunal velar pela assiduidade e diligência dos Juízes do Trabalho de primeiro grau, no exercício de suas funções
- b) A Corregedoria Regional deverá, no exercício da correição ordinária, inspecionar, pelo menos uma vez por ano, cada uma das Varas do Trabalho da Região
- c) A Ouvidoria do TRT da 22ª Região, órgão da administração da justiça, é alicerçada nos princípios constitucionais da eficiência e da participação do cidadão e deverá encaminhar anualmente ao Tribunal Pleno relatório das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria
- d) A reclamação correicional deverá ser protocolizada no Tribunal e dirigida, diretamente, ao Desembargador do Trabalho Corregedor no prazo de 06 (seis) dias, contado da ciência do ato impugnado
- e) Para fins correicionais, todos os servidores do Tribunal terão acesso aos livros, papéis e processos administrativos ou jurisdicionais das Secretarias do Tribunal, das Varas do Trabalho e demais serviços auxiliares

20. O Regimento Interno do TRT 22ª Região prevê acerca das sessões do Tribunal Pleno e das Turmas

- a) que essas serão ordinárias e extraordinárias, cuja pauta será publicada no órgão oficial com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas
- b) que as sessões ordinárias prescindem de convocação formal de seus membros, de modo que as d Primeira Turma serão às quartas-feiras e as da Segunda Turma às sextas-feiras
- c) As sessões extraordinárias serão realizadas, quando necessárias, mediante convocação do Presidente do Tribunal ou da Turma, ou da metade mais um dos presentes do Tribunal ou da Turma
- d) O Tribunal, a requerimento de qualquer dos Desembargadores do Trabalho e pelo voto da maioria absoluta, poderá transformar as sessões judiciais em administrativas
- e) Em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das sessões, afixando-se edital, na sede do Tribunal, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

21. A Constituição Federal dispõe em seu art. 5º, XXXII, que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.”. Quanto ao grau de eficácia, a norma constitucional classifica-se como de eficácia:

- a) limitada de princípio institutivo.
- b) plena.
- c) limitada de princípio programático.
- d) contida.
- e) limitada de princípio consumerista.

22. No que tange à nacionalidade, analise os itens abaixo:

- I. Aos originários de países de língua portuguesa com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.
- II. São considerados brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- III. A Constituição da República Federativa do Brasil, ao contrário do que ocorre em outros países, não permite que uma pessoa detenha mais de uma nacionalidade.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

23. A respeito de direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar que:

- a) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, o trânsito em julgado.
- b) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio definitivo para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- c) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitido a interferência estatal em seu funcionamento.
- d) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cuius".
- e) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia.

24. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, EXCETO:

- a) o Presidente e o Vice-Presidente da República.
- b) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- e) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

25. Compete privativamente à União legislar sobre, EXCETO:

- a) diretrizes da política nacional de transportes.
- b) organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
- c) direito civil, comercial, penal, processual, tributário, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- d) proteção e tratamento de dados pessoais.
- e) serviço postal.

26. No que tange ao processo legislativo, assinale a assertiva correta.

- a) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser reapresentada, na mesma sessão legislativa, mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- b) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço das assembleias legislativas das unidades da Federação, desde que haja manifestação, em cada uma delas, da maioria relativa de seus membros.
- c) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- d) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação à Câmara dos Deputados.
- e) O "contrabando legislativo" caracteriza-se pela existência de emenda parlamentar com matéria estranha a projeto de conversão de medida provisória em lei.

27. Acerca do Poder Judiciário, analise os itens abaixo:

I. Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

II. Somente pelo voto de um terço de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

III. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

28. Acerca das regras atinentes às autarquias, assinale a alternativa correta.

- a) São pessoas jurídicas de direito público, submetidas ao controle administrativo hierárquico do ente político instituidor.
- b) Não possuem patrimônio próprio, sendo que os bens e recursos usados na prestação do serviço pertencem ao ente federado instituidor.
- c) Não podem receber a delegação da titularidade de serviços públicos, recebem somente a atribuição para a sua execução.
- d) Na hipótese de exaustão dos recursos da autarquia, incidirá a responsabilidade subsidiária do ente político instituidor.
- e) Possuem personalidade jurídica de direito público, cuja criação e definição das finalidades depende de lei complementar.

29. No que se refere à concentração, desconcentração, centralização e descentralização administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a administração pública transfere, por meio de contrato ou ato administrativo, a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mantendo a titularidade do serviço, ocorre a descentralização por outorga legal.
- b) Uma diferença entre os institutos da desconcentração e da descentralização é que, no primeiro, ocorre uma ruptura do vínculo hierárquico, enquanto, no segundo, o vínculo permanece.
- c) Ocorre a descentralização quando há distribuição interna de atividades dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- d) A concentração é a técnica administrativa utilizada pela Administração Pública para extinção de seus órgãos, com o retorno da atividade para o centro de competências.
- e) A desconcentração material é aquela em que as competências são divididas delimitando as regiões onde cada órgão pode atuar.

30. Os atos administrativos refletem uma manifestação unilateral de vontade da Administração Pública. Levando em conta as disposições aplicáveis aos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Segundo a teoria dos motivos determinantes, os motivos alegados em um ato administrativo devem ser verdadeiros, de modo que, se forem falsos ou inexistentes, o ato torna-se nulo.
- b) Nem todo ato administrativo é dotado de imperatividade.
- c) Todos os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e de veracidade.
- d) A revogação, forma de extinção do ato administrativo, produz efeitos *ex tunc*.
- e) A caducidade é a forma de extinção do ato administrativo que ocorre quando o ato é incompatível com a nova legislação.

31. A administração pública pode convalidar atos administrativos que contenham defeitos passíveis de saneamento. Assinale a alternativa que apresenta um elemento cujo vício, seria, como regra, considerado sanável.

- a) Motivo.
- b) Conteúdo.
- c) Sujeito
- d) Fundamento.
- e) Finalidade.

32. No que concerne aos poderes da Administração, assinale a alternativa incorreta.

- a) O poder de polícia limita o uso, gozo e disposição da propriedade e restringe o exercício da liberdade dos indivíduos em benefício do interesse público.
- b) O poder disciplinar se estende aos sujeitos que tenham um vínculo de natureza especial com a Administração, sejam ou não servidores públicos.
- c) Em decorrência do poder hierárquico, é lícita a avocação por órgão superior, em caráter excepcional e por tempo determinado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- d) Em razão do poder de polícia judiciária, é permitido que autoridade policial convoque testemunha para depor em delegacia de polícia.
- e) No poder regulamentar, a Administração pública poderá extrapolar os limites do ato normativo primário, desde que seja de interesse público.

33. Levando em consideração a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, a contratação dos serviços técnicos especializados de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas é caso de

- a) realização obrigatória de licitação, na modalidade concorrência.
- b) realização obrigatória de licitação, na modalidade registro de preços.
- c) inexigibilidade de licitação, em virtude de se tratar de profissionais ou empresas de notória especialização.
- d) inexigibilidade ou dispensa de licitação.
- e) licitação dispensável, em face da atividade predominantemente intelectual envolvida.

34. Em relação a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, assinale a alternativa que não corresponde a uma hipótese de inexigibilidade de licitação.

- a) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- b) Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível.
- c) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- d) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, como no caso de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviço.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

35. A Convenção Coletiva de Trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) valor dos depósitos do FGTS e gorjetas.
- b) trabalho intermitente e salário-família.
- c) participação nos lucros ou resultados da empresa, representante dos trabalhadores no local de trabalho e regulamento empresarial.
- d) aposentadoria, seguro-desemprego e remuneração por desempenho individual.
- e) adicional noturno e banco de horas anual.

36. Martina, empregada da empresa Troca de Álbum Panini, em seu último período aquisitivo de férias, faltou 5 dias em virtude de casamento, 5 dias em virtude do falecimento de sua irmã e mais 5 dias por ter doado sangue voluntariamente. Neste caso, é correto afirmar que fará jus a:

- a) 30 dias corridos de férias.
- b) 26 dias corridos de férias.
- c) 24 dias corridos de férias.
- d) 20 dias corridos de férias.
- e) 18 dias corridos de férias.

37. No que se refere à extinção contratual mediante acordo, julgue os itens que se seguem:

- a) será devida pela metade a indenização relativa às férias proporcionais.
- b) o empregado estará autorizado a sacar integralmente seu saldo junto ao FGTS.
- c) o aviso prévio indenizado será devido pela metade.
- d) o empregado estará autorizado a ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
- e) o décimo terceiro salário será devido pela metade.

38. Julgue os itens abaixo:

- I. O mau procedimento consiste em conduta do empregado que atenta contra a moral em geral, excepcionando condutas com caráter sexual.
- II. Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a negociação habitual no local de trabalho, como, por exemplo, o empregado que comercializa os mesmos produtos e serviços objetos da atividade empresarial do empregador.
- III. A desídia resulta de comportamento negligente por parte do empregado.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II.
- e) nenhum dos itens.

39. Julgue os itens abaixo em relação às hipóteses de suspensão e interrupção contratual:

- I. Em caso de morte da genitora, é assegurado ao cônjuge empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe. Tal direito permanece no caso do falecimento do filho.
- II. A legislação prevê que os dias em que os empregados estiverem paralisados por motivo de greve não haverá o pagamento de salários, exceto se houver negociação abonando os dias parados, caso em que o período se converte em interrupção contratual.
- III. O intervalo interjornadas de 11 horas não é remunerado, sendo, por isso, considerado uma hipótese de suspensão contratual.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

40. Em decorrência do jus variandi, os empregados que ocupam de cargos de confiança:

- a) podem ser transferidos pelo empregador, mesmo sem necessidade do serviço.
- b) não podem ser transferidos unilateral, nem bilateralmente.
- c) só podem ser transferidos caso concordem (bilateralmente).
- d) podem ser transferidos pelo empregador, desde que comprovada a necessidade do serviço.
- e) só podem ser transferidos caso o empregador se comprometa a pagar um adicional relativo ao acréscimo no custo de vida, se houver.

41. Assinale hipótese que, nos termos previstos na Lei 8.036/1990, NÃO autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

- a) falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes.
- b) quando o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessite adquirir órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.
- c) despedida sem justa causa.
- d) quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for, nos termos do regulamento, pessoa com doença comum, consideradas aquelas assim reconhecidas pelo Ministério da Saúde.
- e) dependente do trabalhador estiver em estágio terminal, em razão de doença grave.

42. Assinale, das alternativas abaixo, a utilidade ou importância que NÃO possui natureza salarial:

- a) comissões pagas pelo empregador.
- b) auxílio-alimentação pago em dinheiro.
- c) importância paga diretamente pelo empregador ao empregado como retribuição ao trabalho desempenhado.
- d) percentuais sobre vendas realizadas.
- e) gorjetas.

43. É facultado ao empregado converter:

- a) 1/2 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, sendo que o abono de férias deverá ser requerido até 30 dias antes do término do período aquisitivo.
- b) 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, sendo que o abono de férias deverá ser requerido até 30 dias antes do término do período aquisitivo.
- c) 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, sendo que o abono de férias deverá ser requerido até 15 dias após o término do período concessivo.
- d) 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, sendo que o abono de férias deverá ser requerido até 15 dias antes do término do período aquisitivo.
- e) 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, sendo que o abono de férias deverá ser requerido até 30 dias após o término do período concessivo.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

44. Após o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, ocorrendo violação a direito líquido e certo do empregador, por ato do Delegado Regional do Trabalho, em matéria de disciplina de horário de trabalho, o mandado de segurança e eventual recurso cabível de decisão desfavorável, serão da competência do

- a) juiz federal comum e do Tribunal Regional Federal.
- b) Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- c) juiz do trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho.
- d) Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) juiz federal comum e do Tribunal Regional do Trabalho.

45. Considere as assertivas abaixo a respeito das partes, representação e procuradores no processo trabalhista.

- I. Em regra, há obrigatoriedade do preposto ser empregado do reclamado.
- II. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.
- III. O jus postulandi é o direito que tem a parte de ingressar em juízo podendo praticar pessoalmente todos os atos processuais da respectiva reclamação trabalhista.
- IV. Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado.

De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e III.
- e) I e II.

46. Júlio César manteve contrato de trabalho com a empresa Alfa Serviços LTDA por três anos, sendo dispensado por justa causa, sem receber nenhuma verba rescisória. Procurou a Vara do Trabalho do município para ajuizar reclamação trabalhista. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência atual e sumulada pelo TST, Júlio

- a) deve necessariamente constituir advogado para a propositura da reclamação trabalhista.
- b) pode postular sem a necessidade de advogado em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
- c) pode propor a reclamação trabalhista sem constituir advogado, apenas na primeira instância.
- d) não precisa constituir advogado para atuar em todas as instâncias da Justiça do Trabalho, desde que esteja assistido pelo Sindicato da Categoria Profissional.
- e) pode reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, limitando-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.

47. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade

- a) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se arguida ex officio pelo Juiz.
- b) será pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- c) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- d) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam consequência.
- e) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

48. Nos dissídios individuais,

- a) após a apresentação das razões finais, é defeso ao juiz renovar a proposta de conciliação, em razão do término da instrução.
- b) não havendo acordo, o reclamado terá trinta minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, não podendo esta leitura ser dispensada pelas partes.
- c) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não-excedente de dez minutos para cada uma.
- d) o não-comparecimento do reclamante à audiência importa em confissão quanto à matéria de fato.
- e) é facultado ao empregador fazer-se substituir por preposto que tenha conhecimento do fato, porém as declarações deste não obrigam o proponente.

49. Em relação à prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que

- a) no caso de inquérito para apuração de falta grave, cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas.
- b) no procedimento sumaríssimo, só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
- c) a testemunha que for parente até o quarto grau civil, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- d) a testemunha que não souber falar a língua nacional não será ouvida, devendo ser substituída por outra testemunha.
- e) a testemunha poderá sofrer desconto salarial proporcional ao tempo do seu depoimento quando for arrolada pela parte, mas não poderá sofrer qualquer desconto quando foi convocada pelo juiz.

50. Conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, a sequência correta em relação ao prazo e cabimento, nos processos de rito ordinário, para o Recurso Ordinário (RO), o Agravo de Petição (AP) e o Recurso de Revista (RR), respectivamente, é:

- a) (RO) 08 dias, de decisões interlocutórias dos Juízes das Varas; (AP) 10 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, de decisões proferidas em grau de recurso pelo TRT afrontando direta e literalmente a Constituição Federal.
- b) (RO) 05 dias, de sentenças dos Juízes das Varas; (AP) 08 dias, de decisões das turmas contrárias à letra da lei federal; (RR) 08 dias, de qualquer decisão proferida em grau de recurso pelo TRT.
- c) (RO) 08 dias, de decisões definitivas ou terminativas das Varas; (AP) 08 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, de decisões proferidas em grau de recurso ordinário pelo TRT proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- d) (RO) 10 dias, de sentenças dos Juízes nas Varas; (AP) 05 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, se proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- e) (RO) 08 dias, de decisões definitivas ou terminativas das Varas; (AP) 08 dias, de despachos que denegarem a interposição de recursos; (RR) 08 dias, por contrariedade a orientação jurisprudencial de Tribunal Regional do Trabalho.

51. No tocante à liquidação de sentença, em regra, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é certo que

- a) a liquidação não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, que deverá ser executada de forma independente em razão da natureza do crédito.
- b) elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz deverá abrir às partes prazo comum de 10 dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- c) na liquidação, pode-se modificar a sentença liquidanda bem como discutir matéria pertinente à causa principal.
- d) tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz deverá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, do teto de três salários mínimos regionais.
- e) elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de dez dias, sob pena de preclusão.

52. No tocante aos Embargos à Execução, considere:

- I. Em regra, garantia do juízo por meio de depósito ou nomeação de bens à penhora ou após a penhora coativa, representa requisito indispensável ao regular exercício do direito do devedor de oferecer embargos à execução.
- II. Os Embargos à execução no processo do trabalho, em regra, são processados nos mesmos autos da execução, sendo recebidos sem efeito suspensivo automático.
- III. A compensação, em regra, deve ser arguida quando opostos embargos à execução.
- IV. Em sede de Embargos à Execução é impossível arrolar testemunhas, havendo expressa vedação legal na Consolidação das Leis do Trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) I, II e IV.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

53. Acerca dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) Invalidam os negócios jurídicos as condições impossíveis, quando resolutivas.
- b) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva, é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.
- c) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.
- d) Os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo, consideram-se vencidos no prazo mínimo de 30 dias.
- e) O encargo suspende a aquisição e o exercício do direito.

54. Acerca do mandato, assinale a alternativa correta.

- a) A outorga do mandato está sujeita a instrumento público ou particular.
- b) O mandato em termos gerais confere poderes de mera administração e de transigir.
- c) Os atos praticados pelo mandatário sem poderes suficientes são nulos em relação ao mandante.
- d) O maior de 16 e menor de 18 anos pode ser mandatário.
- e) O mandato não cessa pela morte do mandante, mas cessará pela morte do mandatário.

55. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) A pessoa lesada pelo ato praticado em estado de necessidade não tem direito à indenização pelo prejuízo sofrido.
- b) O pai que ressarcir o dano causado pelo filho menor dispõe de ação de regresso quando este atingir a maioridade.
- c) Em caso de dano surgido em decorrência de coisa caída de apartamento alugado, são responsáveis o proprietário e o inquilino.
- d) A obrigação de prestar reparação civil não se transmite aos herdeiros.
- e) Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

56. Acerca do penhor, da hipoteca e da anticrese, assinale a alternativa correta.

- a) A coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real sem o consentimento de todos.
- b) A dívida considera-se vencida antecipadamente se perecer o objeto da garantia, ainda que o devedor proponha-se a substituí-lo.
- c) É nulo o acordo pelo qual o devedor, após o vencimento, se propõe a dar a coisa sujeita à garantia em pagamento da dívida.
- d) Os sucessores do devedor podem remir parcialmente a hipoteca na proporção dos seus quinhões.
- e) É válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

57. Contra a sentença proferida em sede de ação popular:

- a) cabe reexame necessário, se for procedente.
- b) cabe recurso ordinário, se improcedente por falta de provas.
- c) cabe reexame necessário, se concluir pela carência de ação.
- d) cabe recurso especial, se improcedente.
- e) cabe apelação, sem efeito suspensivo, caso procedente.

58. Sobre os auxiliares da justiça, nos termos do CPC, é correto afirmar:

- a) Em cada comarca, seção ou subseção judiciária haverá, no mínimo, dois oficiais de justiça por vara.
- b) Dentre as atribuições do chefe de secretaria, está a realização de citações e intimações.
- c) O oficial de justiça, diante de uma proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização da citação, homologará o acordo e certificará o ocorrido ao juízo.
- d) Incumbe ao perito fazer as avaliações dos bens penhorados pelo oficial de justiça.
- e) O chefe de escrivão, na falta de disposição em sentido contrário, ficará responsável pela guarda e a conservação de bens penhorados.

59. Diante de uma sentença que reconheceu a exigibilidade de uma obrigação de pagar quantia certa, o sucumbente ficou-se inerte, sem realizar o pagamento no prazo de quinze dias. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Findo este prazo para pagamento voluntário, o executado terá quinze dias para apresentar seus embargos à execução.
- b) A concessão de efeito suspensivo à impugnação deduzida por um dos executados tem como efeito automático a suspensão da execução contra os que não impugnaram.
- c) Alegado o excesso de execução pelo executado e não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, a impugnação será liminarmente rejeitada, se o excesso de execução for o único fundamento.
- d) A apresentação de impugnação impede a prática dos atos executivos.
- e) É lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando, nos próprios autos, caução suficiente e idônea a ser arbitrada pelo juiz, exceto se atribuído efeito suspensivo à impugnação.

60. O processo de execução é manejado para perseguir o cumprimento de obrigação fundada em título executivo extrajudicial. Sobre o tema, de acordo com o CPC:

- a) A conduta comissiva ou omissiva do executado que dificulta ou embaraça a realização da penhora configura ato atentatório à dignidade da justiça, que enseja aplicação de multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a ser inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou.
- b) Caso haja desistência da execução, serão extintos os embargos que versarem apenas sobre questões processuais e o exequente pagará as custas processuais e os honorários advocatícios.
- c) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em ação autônoma.
- d) Bens do devedor, que estejam em poder de terceiros, não estão sujeitos à execução.
- e) Como regra, os bens particulares dos sócios respondem pelas dívidas da sociedade.

Preencha seu gabarito
<https://bit.ly/Simulado-TRT-PI-AJ-AJ-11-09>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>